

**CARTA-CONTRATO**

Processo: 01345.000362/2024-48

CARTA-CONTRATO Aquisição, instalação e manutenção de 3 (três) catracas de acesso para o Instituto de Engenharia Nuclear - IEN

CARTA-CONTRATO:14/2024

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

Contratante: COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN

INSTITUTO DE ENGENHARIA NUCLEAR - IEN

CNPJ: 00.402.552/0003-98

RUA HÉLIO DE ALMEIDA, 75, CIDADE UNIVERSITÁRIA - ILHA DO FUNDÃO

RIO DE JANEIRO - RJ

CEP : 21.941-906

Contratada: AMDTECH SOLUTION LTDA

CNPJ: 22.406.299/0001-11

RUA LIDIO DOS SANTOS 23 CASA, TERREO FAZENDA GRANDE DO R

SALVADOR- BA

CEP : 40355010

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Aquisição, instalação e manutenção de 3 (três) catracas de acesso para o Instituto de Engenharia Nuclear - IEN, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2. A realização do objeto ocorrerá nos termos da tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
1	CATRACA DE ACESSO COM TECNOLOGIA DE RECONHECIMENTO FACIAL/LEITOR BIOMÉTRICO/ LEITOR DE CARTÃO DE PROXIMIDADE 125KHZ/ TECLADO NUMÉRICO. MECANISMO COM 3 BRAÇOS EM TUBO DE AÇO INOX POLIDO, URNA COLETORA DE CARTÕES E SISTEMA DE BRAÇOS ARTICULADOS.

2.3. A Proposta Comercial Técnica é parte integrante e indissociável do presente instrumento.

2.4. A execução de qualquer atividade ou serviço não incluso na Proposta Comercial, somente será autorizada mediante a formalização de nova proposta e concordância da contratante.

2.5. O prazo de entrega será de 10 (dez) dias, a contar da assinatura desta carta - contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Dispensa licitação com fulcro no inc. I, do Art. 75, da Lei nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**4.1. Catracas**

4.2. Catraca giratória com braço articulado.

4.3. Deverá possuir urna coletora de cartões.

4.4. Leitores Disponíveis

4.5. Leitor facial.

4.6. Leitor de cartão de proximidade (125 kHz).

4.7. Leitor biométrico.

4.8. Capacidade para ler e autenticar múltiplos formatos de credenciais (cartões de proximidade, biometria, QR codes, etc.).

4.9. Possibilidade de integrar outros tipos de leitor, como NFC ou RFID de 13.56 MHz, para futuras atualizações ou necessidades.

4.10. Recursos

4.11. Armazenamento de até 30.000 registros.

4.12. Lista de controle de acesso para até 15.000 usuários.

4.13. Relógio interno com precisão de 1 minuto por ano.

4.14. Liberação dos braços da catraca por botão externo.

4.15. Contador de giros visualizado no display.

4.16. Display com backlight.

4.17. Teclado numérico de silicone ou digital.

4.18. Pictogramas luminosos para indicar liberação de giro e sentido de fluxo.

4.19. Web server integrado para configuração.

4.20. Comunicação TCP/IP 10/100Mbps.

4.21. Software de configuração e SDK de comunicação com a catraca.

4.22. Possibilidade de realizar backup dos dados localmente e remotamente, para evitar perda de informações em caso de falhas.

4.23. Funcionalidade de gerar relatórios automáticos de acesso e logs de eventos, permitindo o envio para sistemas externos via integração.

4.24. Construção

4.25. Pedestal em aço carbono.

4.26. Tampa em plástico injetado de alta resistência com painel em aço inox AISI 304.

4.27. Mecanismo com 3 braços em aço inox polido.

4.28. Estrutura resistente a intempéries, para garantir durabilidade em ambientes externos (se aplicável).

4.29. Proteção contra vandalismo e tentativas de adulteração.

4.30. Certificação IP65 para proteção contra poeira e jatos de água (se aplicável).

4.31. Especificações Elétricas e Dimensões (com uso de nobreak)

4.32. Alimentação: 100 a 240 Vac 60Hz (com capacidade para ser conectada a nobreak, fornecendo autonomia de pelo menos X minutos durante interrupção de energia).

4.33. Consumo elétrico: 20,7W, adequado para operação contínua com suporte de nobreak para garantir funcionamento durante quedas de energia.

4.34. Compatibilidade com nobreak

4.35. O equipamento deverá ser compatível com o sistema de nobreak fornecido pela instituição, garantindo uma operação estável e sem interrupções

4.36. Especificações Opcionais

4.37. Mecanismo antipânico com braço articulado.

4.38. Integração com sistemas de videomonitoramento e câmeras de segurança, possibilitando o uso conjunto de reconhecimento facial com registro visual de acessos.

4.39. Possibilidade de integração com sistemas de automação predial, permitindo a interconexão entre controle de acesso, alarmes e outros dispositivos.

5. CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.2. A execução do objeto deverá atender ao controle unificado de 3 (três) pontos de acesso ao IEN, divididos da seguinte forma:

5.3. Portaria 1 (principal): Com 1 (um) ponto de acesso, para controle de entrada e saída de colaboradores, prestadores de serviços e visitantes.

5.4. Portaria 2: Com 2 (dois) pontos de acesso, para controle exclusivo de colaboradores e prestadores de serviços.

5.5. Cada catraca deverá ser integrada ao sistema de controle já existente no IEN, garantindo compatibilidade com o software "Acesso.net", da marca Secullum, que atualmente gerencia o fluxo de acesso. Caso o sistema "Acesso. net", versão 1.110.0, não seja compatível com as catracas adquiridas, a empresa contratada deverá fornecer e instalar um software compatível. Esse software deverá ser capaz de utilizar o banco de dados do "Acesso.net" para facilitar a transferência dos cadastros já utilizados, evitando a necessidade de recadastramento dos usuários e garantindo a continuidade das operações.

5.6. A instalação incluirá todos os serviços necessários, desde a configuração até a operação plena dos equipamentos.

5.7. Além da instalação dos equipamentos, será necessário o fornecimento de todos os acessórios indispensáveis para o funcionamento, como cabos, conectores, fontes de alimentação, entre outros, garantindo uma operação eficiente e estável do sistema.

5.8. Os dispositivos devem ser configurados para permitir a autenticação por múltiplos métodos (reconhecimento facial, biometria, senha de acesso e cartões de proximidade), assegurando uma verificação rápida e precisa de cada usuário. Os registros de acesso deverão ser armazenados e acessíveis em tempo real para consulta, com capacidade de até 30.000 registros e uma lista de controle de até 15.000 usuários.

6. CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do serviço contratado, inerentes à execução do objeto contratual.

6.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante.

6.4. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

6.5. Responsabilizar-se pela entrega, instalação e manutenção dos equipamentos utilizados na prestação do serviço.

6.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

6.7. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade e qualidade adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. Indicar o nome do servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do recebimento.

7.2. Encaminhar formalmente à CONTRATADA a nota de empenho para a formalização contratual.

7.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.

7.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

7.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, após o aceite definitivo dos serviços.

7.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o serviço executado.

8. **CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA**

8.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 ano contados do(a) assinatura da Carta contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Em caso de prorrogação, para manutenção, a mesma dever ser justificada por escrito e aprovada pela autoridade competente do IEN.

9. **CLÁUSULA NONA- DO VALOR DA CARTA CONTRATO**

9.1. O valor desta Carta-Contrato é de **R\$ 24.891,06 (vinte e quatro mil, oitocentos e noventa e um reais e seis centavos)**, estando neste valor computados todos os encargos, impostos, taxas e tributos.

10. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO**

10.1. Os critérios de medição e a forma de pagamento encontra-se disposta no item 7 Termo de Referência, anexo a esta carta contrato.

11. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.3. Gestão/Unidade: Instituto de Engenharia Nuclear (113203)

11.4. Fonte de Recursos: 10000000000,

11.5. Programa de Trabalho:229001;

11.6. Elemento de Despesa: 4490052;

11.7. Plano Interno: 24780000015 e;

11.8. Nota de Empenho:2024NE159

12. **FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS**

12.1. A rotina de fiscalização e o modelo de gestão do contrato encontram-se detalhados no item 6 do Termo de Referência, anexo a esta carta contrato.

13. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 13.2. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.3. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 13.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao:
 - 13.12. enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
 - 13.13. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
 - 13.14. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.15. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 13.16. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 13.17. Multa de 0,5% ao dia até o limite de 10% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens referentes ao tema;
 - 13.18. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 13.19. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 13.20. A aplicação das sanções previstas nesta carta contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).
- 13.21. Todas as sanções previstas neste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 13.22. A carta contrato será extinta quando vencido o prazo nela estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.23. A carta contrato poderá ser extinta antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este órgão ou entidade não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade, ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 13.24. A extinção, na hipótese do subitem anterior, ocorrerá na próxima data de aniversário da carta contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário.

- 13.25. Caso a notificação da não-continuidade da carta contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 13.26. A carta contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.27. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.28. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.29. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratado, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.30. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
- 13.31. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14. **ENCARGOS E TRIBUTOS**

- 14.1. No valor global desta carta contrato estão considerados todos os encargos e tributos referentes ao serviço, objeto da contratação.

15. **FORO**

- 15.1. As partes elegem o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ para dirimir controvérsias decorrentes deste termo contratual, sendo o único competente para todo e qualquer procedimento judicial que se originar ou se fundar em decorrência da presente Carta-Contrato.
- 15.2. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), a presente Carta-Contrato é assinada eletronicamente pelas partes.

Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2024

JULIO CEZAR SUÍTA

Diretor substituto

INSTITUTO DE ENGENHARIA NUCLEAR

AMDTECH SOLUTION

LTDA:224062990001

11

Assinado de forma digital
por AMDTECH SOLUTION

LTDA:22406299000111

Dados: 2024.12.18

12:43:14 -03'00'

SHEILA FERNANDES SANTIAGO DAMACENO

CONTRATADA

AMDTECH SOLUTION LTDA

TESTEMUNHAS:

1-



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cezar Suita, Diretor(a) de Unidade, Substituto(a)**, em 18/12/2024, às 08:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no §1º do art. 7º da Portaria PR/CNEN nº 80, de 28 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **Deise Feitosa de Amorim, Colaborador Terceirizado**, em 18/12/2024, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no §1º do art. 7º da Portaria PR/CNEN nº 80, de 28 de dezembro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.cnen.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.cnen.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.cnen.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2707003** e o código CRC **4A0E437E**.